



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA REQUISITANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

O presente tem por objetivo para a aquisição de 01(um) Ônibus escolar rural ORE II, que atenderá a demanda da Secretaria Municipal de Educação e cultura conforme **CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261002378/2025/SEE**

FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de garantir o acesso e a permanência dos estudantes da zona rural do município na rede pública de ensino, por meio da oferta de transporte escolar seguro, adequado e eficiente.

Considerando as características geográficas do município, com extensas áreas rurais e vias não pavimentadas, torna-se indispensável a utilização de veículo apropriado para esse tipo de trajeto, sendo o Ônibus Escolar Rural – ORE II o modelo mais indicado, por possuir especificações técnicas voltadas à trafegabilidade em estradas vicinais, maior resistência estrutural e condições adequadas de segurança e conforto aos alunos.

Ademais, a contratação está alinhada às diretrizes do FNDE, no âmbito do Programa Caminho da Escola, que visa à padronização e à melhoria da qualidade do transporte escolar no país, especialmente para estudantes residentes em áreas rurais.

Ressalta-se que a oferta de transporte escolar adequado constitui dever do Poder Público, conforme previsto na Lei nº 9.394/1996, sendo essencial para a redução da evasão escolar e promoção da igualdade de acesso à educação.

Além disso, a presente contratação observa os princípios da eficiência, economicidade e interesse público, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021, garantindo a aquisição de veículo novo, com maior vida útil, menor custo de manutenção e maior segurança operacional.

Dessa forma, justifica-se a contratação de empresa especializada para o fornecimento de Ônibus Escolar Rural – ORE II, novo, zero quilômetro, como medida necessária para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço de transporte escolar no município.

CONTRATAÇÕES QUE ENVOLVAM GRUPOS TECNOLÓGICOS

A presente contratação não se enquadra como solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), tendo em vista que seu objeto consiste no





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

fornecimento de bem material permanente, qual seja, Ônibus Escolar Rural – ORE II, destinado ao transporte de estudantes da zona rural do município.

Embora o veículo possa possuir componentes embarcados com base tecnológica, tais como tacógrafo, sistemas eletrônicos de controle ou eventuais dispositivos acessórios, esses elementos não configuram o objeto principal da contratação como sendo de natureza de Tecnologia da Informação, mas sim acessórios ao funcionamento do veículo.

Dessa forma, não se aplicam à presente contratação as disposições específicas relacionadas à governança e contratação de soluções de TIC, como aquelas estabelecidas na Secretaria de Governo Digital ou em normativos específicos para contratação de tecnologia da informação.

A contratação será regida, portanto, pelas normas gerais de licitações e contratos administrativos, especialmente a Lei nº 14.133/2021, aplicáveis à aquisição de bens.

JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração Pública. Contudo, no presente caso, verifica-se a inviabilidade de seu fracionamento.

A contratação pretendida refere-se ao fornecimento de Ônibus Escolar Rural – ORE II, caracterizado como um bem indivisível, padronizado e com especificações técnicas definidas pelo FNDE, no âmbito do Programa Caminho da Escola. Trata-se de um produto único e completo, cuja divisão em partes comprometeria sua funcionalidade, garantia e integridade operacional.

O eventual parcelamento poderia resultar em prejuízos à Administração, tais como:

Dificuldade na gestão contratual, com múltiplos fornecedores; Risco de incompatibilidade entre componentes; Comprometimento da garantia do fabricante; Aumento de custos operacionais e administrativos; Possíveis atrasos na entrega e montagem do bem.

Ademais, a aquisição por item único assegura maior eficiência logística, padronização da frota, facilidade na manutenção e melhor controle patrimonial.

Ressalta-se, ainda, que o mercado fornecedor está plenamente apto a atender ao objeto de forma integral, não havendo restrição à competitividade.

Dessa forma, conclui-se que o não parcelamento do objeto é a medida mais adequada, técnica e economicamente viável, atendendo ao interesse público e aos princípios da eficiência e economicidade.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

PREVISÃO DA VDAÇÃO OU DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA E CONSÓRCIO

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas sob a forma de consórcio constitui faculdade da Administração, devendo ser admitida quando o objeto assim o exigir, especialmente em contratações de grande vulto ou alta complexidade técnica.

No presente caso, **fica vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio**, tendo em vista que o objeto da contratação consiste no fornecimento de Ônibus Escolar Rural – ORE II, caracterizado como bem comum, padronizado e amplamente disponível no mercado, não demandando a conjugação de esforços entre empresas para sua execução.

A vedação justifica-se pelos seguintes fatores:

Simplicidade e padronização do objeto, conforme especificações do FNDE; Ampla competitividade no mercado fornecedor, com diversas empresas aptas a atender integralmente à demanda; Redução da complexidade na gestão e fiscalização contratual; Mitigação de riscos relacionados à responsabilidade solidária entre consorciadas; Maior celeridade no processo licitatório e na execução contratual.

Ademais, a admissão de consórcio, neste caso, não agregaria ganhos técnicos ou econômicos relevantes à Administração, podendo, ao contrário, dificultar o acompanhamento da execução contratual.

Dessa forma, a vedação à participação de empresas em consórcio mostra-se medida adequada, proporcional e alinhada ao interesse público.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TUDO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de Ônibus Escolar Rural – ORE II, novo, zero quilômetro, destinado ao transporte diário de estudantes residentes na zona rural do município, garantindo segurança, conforto e acessibilidade no deslocamento até as unidades de ensino.

O veículo deverá atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas pelo FNDE, no âmbito do Programa Caminho da Escola, sendo projetado para operação em vias rurais, com condições adversas de trafegabilidade, como estradas não pavimentadas, terrenos irregulares e longas distâncias.

A solução contempla o fornecimento completo do veículo, incluindo todos os componentes, sistemas e acessórios obrigatórios ao seu pleno funcionamento, tais como:

Estrutura reforçada e adequada ao transporte escolar rural; Sistema de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

reduzida; Dispositivos de segurança exigidos pela legislação de trânsito; Equipamentos obrigatórios e itens de identificação visual escolar; Documentação completa para regularização e operação do veículo. Além do fornecimento do bem, a solução abrange:

Entrega técnica no local indicado pela Administração; Garantia mínima conforme especificações do fabricante; Assistência técnica autorizada; Disponibilidade de peças de reposição; Manual de operação e manutenção.

A adoção dessa solução visa padronizar a frota de transporte escolar, aumentar a confiabilidade do serviço prestado, reduzir custos com manutenção corretiva e minimizar riscos à integridade física dos estudantes.

A escolha do modelo ORE II justifica-se por sua adequação às necessidades do transporte escolar rural, oferecendo maior durabilidade, melhor desempenho em condições severas e conformidade com as normas técnicas e de segurança vigentes, inclusive as estabelecidas pelo CONTRAN e pelo INMETRO.

Dessa forma, a solução proposta atende de forma integrada à necessidade pública identificada, assegurando eficiência, economicidade e qualidade na prestação do serviço de transporte escolar no município.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação de empresa especializada para o fornecimento de Ônibus Escolar Rural – ORE II deverá observar os seguintes requisitos:

Requisitos Gerais

Fornecimento de veículo novo, zero quilômetro, sem uso anterior; Atendimento integral às especificações técnicas do padrão ORE II estabelecidas pelo FNDE; Conformidade com as normas vigentes de trânsito e segurança, expedidas pelo CONTRAN e certificações do INMETRO.

Requisitos Técnicos do Veículo

Veículo apropriado para tráfego em estradas rurais (vias não pavimentadas); Estrutura reforçada e adequada às condições severas de uso; Capacidade de transporte conforme padrão ORE II; Sistema de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; Equipamentos obrigatórios de segurança (cintos de segurança, tacógrafo, sinalização, etc.); Identificação visual padronizada como transporte escolar; Atendimento às normas ambientais e de emissão de poluentes vigentes.

Requisitos de Qualidade e Garantia

Garantia mínima de 12 (doze) meses para o veículo completo; Garantia do fabricante para motor, transmissão e demais componentes, conforme especificações técnicas; Assistência técnica autorizada no território





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

nacional; Disponibilidade de peças de reposição por período compatível com a vida útil do veículo.

Requisitos de Entrega

Entrega do veículo no local indicado pela Administração; Prazo máximo conforme definido no edital (ex: até 120 dias); Veículo entregue com: Manual do proprietário; Documentação completa; Certificados e laudos exigidos; Veículo em perfeitas condições de uso e funcionamento.

Requisitos da Contratada

Comprovação de capacidade técnica para fornecimento do objeto; Regularidade fiscal, trabalhista e jurídica; Atendimento às exigências de habilitação previstas na Lei nº 14.133/2021; Responsabilidade integral pelo transporte, entrega e integridade do bem até o recebimento definitivo.

Requisitos de Sustentabilidade

Atendimento às normas ambientais vigentes; Preferência por tecnologias que reduzam emissão de poluentes; Destinação adequada de resíduos eventualmente gerados.

Requisitos de Segurança

Atendimento integral às normas de segurança veicular; Equipamentos obrigatórios em perfeito funcionamento; Condições que garantam a integridade física dos usuários (estudantes).

Requisitos Operacionais

Veículo apto para operação imediata após a entrega; Facilidade de manutenção e operação; Compatibilidade com as condições de uso do município (estradas rurais, longas distâncias, etc.).

MODELOS DE GESTÃO DO CONTRATO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada de forma sistemática, visando assegurar o cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada, bem como a qualidade do objeto fornecido.

1. Gestão e Fiscalização do Contrato

A gestão do contrato será exercida por servidor formalmente designado pela Administração, denominado Gestor do Contrato, ao qual competirá:

Acompanhar a execução contratual de forma geral; Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização; Adotar providências para o cumprimento das cláusulas contratuais; Autorizar, quando necessário, a emissão de ordens de fornecimento.

A fiscalização será realizada por servidor designado como Fiscal do Contrato, responsável por:





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

Verificar a conformidade do objeto com as especificações do Termo de Referência; Registrar ocorrências em instrumento próprio; Comunicar formalmente à contratada eventuais irregularidades; Atestar o recebimento provisório e definitivo do objeto.

2. Mecanismos de Comunicação

A comunicação entre as partes deverá ocorrer formalmente, por meio de:

Ofícios; E-mails institucionais; Sistema eletrônico oficial, quando disponível. Todas as ocorrências relevantes deverão ser registradas para fins de controle e transparência.

3. Critérios de Medição e Recebimento

Considerando que se trata de fornecimento de bem, a medição será realizada por unidade entregue.

O recebimento ocorrerá em duas etapas:

Recebimento provisório: no ato da entrega, para verificação inicial; **Recebimento definitivo:** após conferência detalhada e verificação da conformidade com as especificações técnicas.

O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contratado.

4. Indicadores de Desempenho (quando aplicável)

Para fins de acompanhamento, poderão ser utilizados os seguintes indicadores:

Cumprimento do prazo de entrega; Conformidade técnica do veículo; Ausência de defeitos ou inconformidades; Eficiência no atendimento de garantias.

5. Tratamento de Não Conformidades

Em caso de irregularidades:

A contratada será notificada para correção no prazo estabelecido; Poderão ser aplicadas sanções administrativas, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021; Persistindo o descumprimento, poderão ser adotadas medidas como rescisão contratual.

6. Alterações Contratuais

Eventuais alterações contratuais deverão observar os limites e condições estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa formal e celebração de termo aditivo.

7. Encerramento do Contrato

O contrato será considerado encerrado após:





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

Entrega do objeto;Recebimento definitivo;Cumprimento de todas as obrigações contratuais;Quitação de eventuais pendências.

8. Registro e Controle

Todos os atos relacionados à execução contratual deverão ser devidamente registrados, garantindo rastreabilidade, transparência e suporte a auditorias por órgãos de controle interno e externo.

CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

1. Critérios de Recebimento do Objeto

O recebimento do objeto observará o disposto na Lei nº 14.133/2021 e será realizado em duas etapas:

1.1. Recebimento Provisório

Ocorrerá no ato da entrega do veículo, no local indicado pela Administração;Consistirá na verificação preliminar quanto à quantidade, integridade física e documentação básica;Será formalizado por meio de termo de recebimento provisório ou documento equivalente.

1.2. Recebimento Definitivo

Realizado após análise detalhada da conformidade do veículo com as especificações técnicas;Verificação de funcionamento, itens de segurança, acessibilidade e demais requisitos;Conferência de documentação completa (nota fiscal, manuais, certificados, etc.);O prazo para recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado mediante justificativa.

1.3. Rejeição do Objeto

O veículo poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando:Estiver em desacordo com as especificações;Apresentar defeitos ou avarias;Estiver incompleto ou com documentação irregular;A contratada deverá promover a substituição ou correção sem ônus adicional, no prazo fixado pela Administração.

2. Critérios de Medição

Considerando tratar-se de fornecimento de bem permanente, a medição será realizada por unidade entregue e aceita.

A medição ocorrerá após o recebimento definitivo do veículo;Será considerada como unidade medida: **01 (um) ônibus escolar entregue em conformidade**;Não haverá medição parcial do objeto.

3. Critérios de Pagamento

O pagamento será realizado conforme as seguintes condições:

Efetuada após o recebimento definitivo do objeto;Mediante apresentação de:Nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato;Certidões de regularidade fiscal e trabalhista válidas;O prazo para pagamento será de até 30





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

(trinta) dias, contados do atesto da nota fiscal;O pagamento será realizado por meio de ordem bancária em conta indicada pela contratada.

4. Condições para Pagamento

O pagamento estará condicionado a:

Cumprimento integral das obrigações contratuais;Regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada;Inexistência de pendências ou irregularidades na execução do objeto.

5. Penalidades Relacionadas ao Pagamento

O atraso na entrega poderá ensejar aplicação de penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021;O pagamento poderá ser suspenso em caso de irregularidades até sua regularização;Poderão ser aplicadas glosas ou sanções administrativas, conforme o caso.

FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção do fornecedor será realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, observando os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, julgamento objetivo e economicidade.

1. Modalidade de Licitação

A contratação será realizada por meio de **licitação na modalidade Pregão**, preferencialmente na forma eletrônica, em razão da natureza comum do objeto, nos termos da legislação vigente.

2. Critério de Julgamento

O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço**, considerando o valor global do item.

A escolha do critério justifica-se pelo fato de o objeto possuir especificações padronizadas e amplamente disponíveis no mercado, especialmente conforme diretrizes do FNDE.

3. Modo de Disputa

O modo de disputa será **aberto e fechado**, conforme previsto na legislação, permitindo maior competitividade e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

4. Requisitos de Habilitação

4.1. Habilitação Jurídica





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

Registro comercial ou contrato social devidamente registrado; Documentos que comprovem a existência legal da empresa.

4.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

Prova de inscrição no CNPJ; Certidões de regularidade com: Fazenda Federal, Estadual e Municipal; FGTS; Justiça do Trabalho.

4.3. Qualificação Técnica

Comprovação de aptidão para fornecimento de veículos similares, por meio de atestados de capacidade técnica; Demonstração de que a empresa possui condições de atender às especificações do objeto.

4.4. Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de falência ou recuperação judicial; Outros documentos que comprovem a saúde financeira da empresa, conforme edital.

5. Critérios de Aceitabilidade da Proposta

Compatibilidade com os preços de mercado; Atendimento integral às especificações técnicas; Inclusão de todos os custos diretos e indiretos; Prazo de entrega dentro do limite estabelecido.

6. Desclassificação de Propostas

Serão desclassificadas as propostas que:

Não atendam às exigências do edital; Apresentem preços inexequíveis ou excessivos; Contenham vícios ou irregularidades que comprometam o julgamento.

7. Preferências e Benefícios Legais

Será assegurado tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme legislação vigente.

8. Negociação

Após a fase de lances, poderá haver negociação com o licitante vencedor, visando à obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração.

9. Adjudicação e Homologação

Encerradas as fases do certame:

O objeto será adjudicado ao licitante vencedor; O processo será submetido à autoridade competente para homologação.

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

A estimativa será realizada com base em:

- Painel de preços do Governo Federal;
- Atas de registro de preços vigentes;
- Pesquisa de mercado com fornecedores. A partir da busca no Portal nacional de compras foi detectado um valor médio de **R\$ 569.300,48**.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

901	34490520000000000000	15000001001	Equipamentos e material permanente
1118	34490520000000000000	15710000000	Equipamentos e material permanente

OBRIGAÇÕES DA CONTRANTE E DO CONTRATADO

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Entregar o veículo conforme especificações; Responsabilizar-se pelo transporte; Fornecer documentação completa; Prestar assistência técnica.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Receber e conferir o objeto; Efetuar pagamento; Fiscalizar o contrato.

MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Das Disposições Gerais

1.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, ou pelo descumprimento de quaisquer das obrigações previstas, a CONTRATADA sujeitar-se-á às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

2. Das Sanções Administrativas

2.1. Poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3. Das Multas

3.1. Multa por atraso na execução

3.1.1. O atraso injustificado na entrega dos veículos sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de:





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

- a) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia sobre o valor da parcela em atraso;
- b) limitada a 20% (vinte por cento) do valor da obrigação não cumprida.

3.2. Multa por inexecução parcial

3.2.1. A inexecução parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de até 20% (vinte por cento) do valor da parte não executada.

3.3. Multa por inexecução total

3.3.1. A inexecução total do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

3.4. Multa por descumprimento de especificações técnicas

3.4.1. O fornecimento de veículos em desacordo com as especificações técnicas exigidas pelo FNDE implicará:

- a) recusa do objeto;
- b) obrigação de substituição no prazo fixado pela Administração;
- c) multa de até 10% (dez por cento) do valor do item irregular.

3.5. Multa por descumprimento de prazos de garantia e assistência técnica

3.5.1. O descumprimento das obrigações de garantia e assistência técnica sujeitará a CONTRATADA à multa de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, por ocorrência.

4. Da Cumulação das Penalidades

4.1. As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções administrativas.

5. Do Procedimento Administrativo

5.1. A aplicação de qualquer penalidade observará o devido processo legal, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6. Do Desconto e Cobrança das Multas

6.1. As multas aplicadas poderão ser:

- I – descontadas dos pagamentos devidos à CONTRATADA;
- II – descontadas da garantia contratual;
- III – cobradas judicialmente.

7. Da Reincidência

7.1. A reincidência em infrações poderá ensejar a aplicação de sanções mais graves, inclusive impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade.

8. Da Rescisão Contratual

8.1. O descumprimento reiterado das obrigações contratuais poderá ensejar a rescisão do contrato, nos termos da legislação vigente.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

A adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP para a presente contratação fundamenta-se nas disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como na necessidade administrativa de promover maior eficiência, economicidade e flexibilidade na aquisição de bens.

O SRP mostra-se adequado diante das características da demanda, especialmente por se tratar de aquisição de bens cuja necessidade não ocorre de forma única e imediata, mas sim de maneira parcelada e variável ao longo do tempo, conforme disponibilidade orçamentária e demanda da Administração.

No caso específico da aquisição de ônibus escolar no padrão do FNDE (Programa Caminho da Escola – ORE II), verifica-se que:

I – A demanda pode variar conforme a necessidade de atendimento aos alunos da zona rural e a renovação da frota escolar;

II – Nem todos os recursos financeiros estão disponíveis de forma imediata, sendo a contratação realizada conforme liberação orçamentária;

III – Há possibilidade de adesão por outros órgãos públicos, ampliando a economicidade da contratação;

IV – O registro de preços permite a padronização dos veículos, garantindo conformidade com as especificações técnicas exigidas pelo FNDE;

V – Evita-se a realização de múltiplos procedimentos licitatórios para o mesmo objeto, reduzindo custos administrativos e tempo de tramitação;

VI – Possibilita maior competitividade entre fornecedores, resultando em melhores preços para a Administração Pública.

Além disso, o SRP proporciona maior planejamento das aquisições, evitando a formação de estoques desnecessários e garantindo maior racionalização dos gastos públicos.

Dessa forma, conclui-se que o Sistema de Registro de Preços é o instrumento mais adequado para a presente contratação, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

INDICAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADES GERENCIADOR ATA

Para fins de gerenciamento da Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento licitatório, fica designado como **Órgão Gerenciador**:

A Prefeitura Municipal de Pirajuba / mg, responsável pela condução do certame, gerenciamento da Ata de Registro de Preços, controle dos quantitativos registrados e pela coordenação das eventuais adesões por órgãos participantes e não participantes.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

A atuação como órgão gerenciador compreende, dentre outras atribuições:

I – consolidar as demandas dos órgãos participantes;

II – promover os atos necessários à instrução processual e realização do procedimento licitatório;

III – gerenciar a Ata de Registro de Preços, zelando pelo cumprimento de suas condições;

IV – controlar o saldo dos quantitativos registrados;

V – autorizar adesões à Ata, quando cabível;

VI – aplicar, quando necessário, as penalidades decorrentes do descumprimento das condições pactuadas, observando-se o devido processo legal.

Ressalta-se que a designação do órgão gerenciador está em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito da Administração Pública.

Nos casos de aquisição de ônibus escolar no âmbito de programas federais, como os coordenados pelo FNDE, poderá o referido órgão atuar como gerenciador da ata em nível nacional, ou, alternativamente, ser indicado o ente federativo responsável pela condução do certame.

Dessa forma, fica formalmente indicada a entidade acima como responsável pela gestão da Ata de Registro de Preços, garantindo a adequada execução e controle do instrumento.

INDICAÇÃO DOS ÓRGÃO OU ENTIDADES PARTICIPANTES DA ATA

A **indicação dos órgãos ou entidades participantes da ata** (Ata de Registro de Preços – ARP) para aquisição de **ônibus escolar rural ORE II** normalmente se refere às instituições públicas que aderem ou participam formalmente do processo de compra — geralmente dentro de programas federais.

No caso específico de ônibus escolares modelo **ORE II**, isso costuma estar vinculado ao programa **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**, dentro do programa **Caminho da Escola**.

PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA

A ARP pode ter um prazo de validade menor que um ano, a critério da Administração.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA SUA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

01 ano

PREVISÃO E JUSTIFICATIVA DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO

Fica prevista a possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes do presente procedimento licitatório, nos termos





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificada a vantagem e observados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente.

A previsão de adesão justifica-se pelos seguintes aspectos:

I – **Economicidade**: a adesão permite que outros órgãos públicos se beneficiem dos preços registrados, evitando a realização de novos procedimentos licitatórios e reduzindo custos administrativos;

II – **Eficiência Administrativa**: racionaliza o tempo e os recursos da Administração Pública, ao possibilitar contratações mais céleres por meio de atas já formalizadas;

III – **Padronização**: especialmente relevante em contratações como a aquisição de ônibus escolar no padrão do FNDE (Programa Caminho da Escola – ORE II), assegurando uniformidade técnica e qualidade dos bens adquiridos;

IV – **Ganho de Escala**: amplia o volume potencial de contratação, tornando o certame mais atrativo e competitivo para os fornecedores, o que pode resultar em melhores preços;

V – **Interesse Público**: contribui para a ampliação do atendimento de políticas públicas, como o transporte escolar, permitindo que outros entes federativos tenham acesso facilitado aos bens registrados.

A adesão ficará condicionada:

- a) à anuência do órgão gerenciador da Ata;
- b) à aceitação do fornecedor registrado;
- c) à demonstração da vantajosidade para a Administração aderente;
- d) à observância dos limites quantitativos legais;
- e) à compatibilidade com o objeto registrado.

Ressalta-se que o órgão não participante deverá instruir processo próprio, contendo a justificativa da adesão, a comprovação da vantagem e a observância das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços.

Dessa forma, a previsão de adesão mostra-se medida adequada e alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, contribuindo para a otimização das contratações públicas.

OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços será responsável pela condução, gestão e controle da Ata, nos termos da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe:





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

1. Planejamento e Consolidação da Demanda

consolidar as demandas dos órgãos participantes;
promover estudos técnicos preliminares e demais atos preparatórios da contratação;
definir quantitativos estimados e especificações do objeto.

2. Condução do Procedimento Licitatório

realizar os atos necessários à instrução processual;
promover a licitação e todos os atos dela decorrentes;
adjudicar o objeto e homologar o certame, quando competente.

3. Gerenciamento da Ata de Registro de Preços

formalizar e gerenciar a Ata de Registro de Preços;
controlar os quantitativos registrados e os saldos disponíveis;
acompanhar a vigência da Ata;
zelar pelo cumprimento das condições estabelecidas na Ata.

4. Coordenação dos Órgãos Participantes

orientar os órgãos participantes quanto à utilização da Ata;
promover a articulação entre os órgãos participantes;
consolidar informações sobre a execução da Ata.

5. Adesões (Órgãos Não Participantes)

analisar e autorizar pedidos de adesão à Ata de Registro de Preços, quando cabível;
verificar o atendimento aos requisitos legais para adesão;
controlar os limites quantitativos decorrentes das adesões.

6. Fiscalização e Controle

acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços;
aplicar, quando cabível, penalidades ao fornecedor registrado, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
registrar ocorrências e manter histórico de desempenho dos fornecedores.

7. Revisão e Atualização dos Preços

analisar pedidos de revisão, reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro;
realizar pesquisas de mercado para verificar a vantajosidade dos preços registrados;
promover, quando necessário, a revisão ou cancelamento da Ata.

8. Transparência e Publicidade

assegurar a publicidade dos atos relacionados à Ata de Registro de Preços;
disponibilizar informações atualizadas sobre a Ata aos órgãos interessados.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

9. Outras Obrigações

adotar as medidas necessárias para o bom funcionamento do Sistema de Registro de Preços;
cumprir e fazer cumprir as disposições constantes na Ata e na legislação aplicável.

Parágrafo único. O Órgão Gerenciador deverá exercer suas atribuições de forma a garantir a eficiência, economicidade, legalidade e o interesse público na utilização da Ata de Registro de Preços.

OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

A empresa detentora da Ata de Registro de Preços obriga-se a cumprir integralmente as condições estabelecidas na Ata, no edital e no contrato, quando decorrente, observando as disposições da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe:

1. Execução do Objeto

fornecer os bens conforme especificações, prazos e condições estabelecidas; garantir a qualidade, conformidade e padronização dos produtos; substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, os itens com defeito ou em desacordo com o contratado.

2. Cumprimento de Prazos

cumprir rigorosamente os prazos de entrega estabelecidos; comunicar previamente ao órgão contratante qualquer ocorrência que possa impactar a execução.

3. Condições Técnicas e Normativas

atender integralmente às exigências técnicas aplicáveis, especialmente, no caso de ônibus escolar, às especificações do FNDE (Programa Caminho da Escola – ORE II);
observar normas de segurança, qualidade e certificações exigidas (ex.: INMETRO, legislação de trânsito, acessibilidade).

4. Garantia e Assistência Técnica

prestar garantia dos bens fornecidos, conforme estipulado;
assegurar assistência técnica durante o período de garantia;
atender prontamente às solicitações de manutenção corretiva.

5. Regularidade Fiscal e Trabalhista

manter, durante toda a vigência da Ata e dos contratos dela decorrentes, as condições de habilitação e qualificação exigidas;





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

comprovar, sempre que solicitado, a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

6. Obrigações Administrativas

atender às solicitações do órgão gerenciador e dos órgãos participantes;
aceitar, nas mesmas condições, eventuais acréscimos ou supressões contratuais, quando aplicável;
emitir notas fiscais conforme a legislação vigente.

7. Responsabilidade

responder por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo;
responsabilizar-se por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

8. Preços e Condições Comerciais

manter os preços registrados durante a vigência da Ata, ressalvadas hipóteses legais de revisão;
garantir que os preços permanecem compatíveis com o mercado.

9. Penalidades

sujeitar-se às sanções previstas em caso de descumprimento das obrigações assumidas.

Parágrafo único. A detentora da Ata deverá atuar de forma a assegurar a fiel execução do objeto, observando os princípios da eficiência, qualidade e interesse público.

